

Raimundo Augusto Fernandes Neto

Partidos Políticos

**DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS**



**EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2019**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	DEMOCRACIA E CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	25
2.1	A DEMOCRACIA EM CRISE.....	25
2.1.1	Teorias democráticas contemporâneas	29
2.1.1.1	<i>Da democracia participativa.....</i>	31
2.1.1.2	<i>Da democracia deliberativa</i>	32
2.1.1.3	<i>Da democracia agonística.....</i>	35
2.2	CRISE DA REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA	38
2.2.1	Da representação política	38
2.2.2	Da representação partidária	41
2.2.3	A crítica partidária com suporte na história.....	45
2.3	DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA.....	48
2.3.1	Da utilização das prévias partidárias como parâmetro democrático.....	55
2.3.2	O princípio da autonomia partidária como restrição à imposição de regras internas democráticas	59
3	SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO	65
3.1	FORMAÇÃO E ORIGEM DOS PARTIDOS POLÍTICOS	65
3.2	FINALIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS	72
3.3	O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	77
3.3.1	A crítica às regras brasileiras para criação dos partidos	78

3.3.2	Da ausência de regras para manutenção dos partidos com base nas afiliações	80
3.3.3	Da vigência provisória dos partidos políticos	82
3.3.4	Fusão, incorporação e extinção dos partidos	83
4	REFORMA PARTIDÁRIA NO BRASIL: INOVAÇÕES E ASPECTOS POLÊMICOS	87
4.1	Cláusulas de barreiras	88
4.1.1	Cláusula de barreira nas democracias estrangeiras	89
4.1.2	Cláusulas de barreira no Brasil	91
4.1.3	A Emenda Constitucional n. 97/2017: a nova cláusula de barreira.....	96
4.1.4	Pluralismo político, pluripartidarismo e igualdade de chances	103
4.2	CANDIDATURAS INDEPENDENTES DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	108
4.2.1	Candidaturas avulsas no Brasil	109
4.2.2	Candidaturas avulsas no sistema político estrangeiro.....	112
4.2.3	A Repercussão Geral no Agravo (ARE) n. 1.054.490 do STF	113
4.2.4	A democracia e as candidaturas independentes	115
4.2.5	O Pacto de São José da Costa Rica e a reforma política no STF	118
4.3	FIDELIDADE PARTIDÁRIA.....	123
4.3.1	A fidelidade partidária no Brasil e a relação conflituosa entre Legislativo e Judiciário	125
4.3.2	Do ativismo judicial e a contradição do STF	137
4.3.3	O princípio da liberdade de exercício do mandato e fidelidade partidária	143
4.4	FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS	146

4.4.1	A crise na democracia europeia e suas consequências no financiamento da política – modelo em repetição	148
4.4.2	Financiamento da política no Brasil após a redemocratização	153
4.4.3	Dos modelos de financiamento da política	164
4.4.3.1	<i>Financiamento público</i>	165
4.4.3.2	<i>Financiamento privado</i>	170
4.4.3.3	<i>A modalidade mista</i>	183
4.5	AÇÃO AFIRMATIVA DE GÊNERO APLICÁVEL AOS PARTIDOS POLÍTICOS	184
4.5.1	Onde e quando começa a discriminação da mulher na política	186
4.5.2	A discriminação feminina no Brasil	189
4.5.3	Estatísticas da participação da mulher na política	193
4.5.4	Das ações afirmativas da participação política no Direito estrangeiro	195
4.5.5	Das ações afirmativas da participação política no Brasil	198
5	PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: EM BUSCA DE UM MODELO DEMOCRÁTICO DE PARTIDO	207
5.1	DAS NORMAS ATINENTES A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO PARTIDÁRIA COM BASE NAS AFILIAÇÕES	208
5.2	ALTERAÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE CONSTITUCIONAL DO TSE, OBJETIVANDO A GARANTIA DA DEMOCRACIA INTERNA	212
5.3	ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA PARA CANDIDATURAS	214
5.4	CLÁUSULA DE BARREIRA E INCONSTITUCIONALIDADE DO MODELO NACIONAL	214

5.5	DA ILEGALIDADE DAS CANDIDATURAS AVULSAS NO BRASIL.....	216
5.6	A FIDELIDADE PARTIDÁRIA – RESPONSABILIDADE DOS PARTIDOS NA SELEÇÃO DOS REPRESENTANTES	217
5.7	FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO: MODELO INCLUSIVO.....	218
5.8	AÇÕES AFIRMATIVAS DE GÊNERO: CONTINUIDADE E EXTENSÃO	221
6	CONCLUSÃO	225
	REFERÊNCIAS.....	229
	ANEXOS	249